

## Paulo Freire nos seringais do Acre: a educação libertadora do Projeto Seringueiro

 Manoel Estébio Cavalcante da Cunha<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal do Acre - UFAC. Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFCH. Campus Universitário de Rio Branco. Rodovia BR 364, Km 04, Bairro Distrito Industrial. Rio Branco - AC. Brasil.

*Autor para correspondência/Author for correspondence: [mcavalcantedacunha@gmail.com](mailto:mcavalcantedacunha@gmail.com)*

**RESUMO.** O artigo aqui apresentado relata e analisa a primeira experiência de educação de adultos com base no método Paulo Freire na Amazônia, ocorrida no Estado do Acre. A experiência ocorreu no seringal Nazaré no início dos anos de 1980 no município de Xapuri, com público de seringueiros e seringueiras que lutavam contra o avanço da pecuarização de seus territórios. Esse público era vinculado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri – STR. A experiência foi sistematizada no Projeto Seringueiro que funcionou até o ano de 1989. Ela foi a base para a formulação no início dos anos de 1990 de um modelo de escola para crianças e adolescentes do seringal, com equivalência ao Ensino Fundamental oficial vigente no país. Na escrita deste artigo seguimos metodologia mista baseada em pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e em memórias vividas como cofundador do Projeto Seringueiro.

**Palavras-chave:** Paulo Freire, seringueiros, sindicato dos trabalhadores rurais, teologia da libertação, alfabetização de adultos.

## **Paulo Freire in the rubber trees of Acre: the liberating education of the Rubber Project**

**ABSTRACT.** The article presented here reports and analyzes the first experience of adult education based on the Paulo Freire method in the Amazon, which took place in the State of Acre. The experience took place in the Nazaré rubber plantation in the early 1980s in the municipality of Xapuri, with an audience of rubber tappers who fought against the advance of cattle ranching in their territories. This public was linked to the Xapuri Rural Workers Union – STR. The experience was systematized in the Rubber Project, which operated until 1989. It was the basis for the formulation, in the early 1990s, of a school model for children and adolescents from the rubber plantations, equivalent to the official Elementary School in force in the country. In writing this article, we followed a mixed methodology based on bibliographic research, field research and memories lived as a co-founder of Rubber Project.

**Keywords:** Paulo Freire, rubber tappers, rural workers union, liberation theology, adult literacy.

## **Paulo Freire en las plantaciones de caucho de Acre: la educación liberadora del Proyecto Cauchero**

**RESUMEN.** El artículo que aquí se presenta relata y analiza la primera experiencia de educación de adultos basada en el método Paulo Freire en la Amazonía, ocurrida en el Estado de Acre. La experiencia se llevó a cabo en la plantación de caucho Nazaré a principios de la década de 1980 en el municipio de Xapuri, con una audiencia de caucheros que luchaban contra el avance de la ganadería en sus territorios. Este público estaba vinculado al Sindicato de Trabajadores Rurales de Xapuri – STR. La experiencia fue sistematizada en el Proyecto Caucho, que funcionó hasta 1989. Fue la base para la formulación, a principios de la década de 1990, de un modelo de escuela para niños y adolescentes de las plantaciones de caucho, equivalente a la Escuela Primaria oficial vigente en el país. En la redacción de este artículo, seguimos una metodología mixta basada en investigación bibliográfica, investigación de campo y memorias vividas como cofundadora del Proyecto Caucho.

**Palabras clave:** Paulo Freire, extractores de caucho, sindicato de trabajadores rurales, teología de la Liberación, alfabetización de adultos.

## Introdução

A temática desenvolvida neste artigo diz respeito ao Projeto Seringueiro que é objeto da pesquisa de nossa tese em Educação do Campo, a ser apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Na escrita da tese seguimos metodologia mista de pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e minhas memórias enquanto cofundador do Projeto Seringueiro. Para a pesquisa de campo dividimos o território onde o Projeto Seringueiro atuou com escolas em duas unidades de conservação: (1) a Reserva Extrativista Chico Mendes (RESEX) onde o Projeto nasceu. Seleccionamos para as entrevistas alguns professores/monitores e professoras/monitoras, fundadores e fundadoras do Projeto Seringueiro e líderes sindicais que atuaram na época em que o Projeto surgiu; (2) o Projeto de Assentamento Extrativista Cachoeira (PAE). Essa unidade foi escolhida em razão de ter sido o local para onde primeiro se expandiu o Projeto Seringueiro no ano de 1986. Tanto a RESEX Chico Mendes quanto o PAE Cachoeira foram territórios de intensa atuação do STR de Xapuri e do Projeto Seringueiro ao longo dos anos de 1970 a 1990.

A partir da criação desses novos territórios como unidades fundiárias e de proteção ambiental seus habitantes apresentam segurança e estabilidade fundiária e reputam uma parte do sucesso pelas suas conquistas em razão da atuação do Projeto Seringueiro. Também entrevistamos membros da equipe técnica do Projeto Seringueiro. A pesquisa seguiu metodologia qualitativa, foi realizada mediante estudo de caso e a coleta dos dados foi feita em bases etnográficas e as entrevistas foram realizadas a partir de perguntas semiestruturadas.

O Projeto Seringueiro foi criado em Xapuri no Estado do Acre no de 1981. Ele foi a primeira experiência de educação no Estado tendo como base os pressupostos da Pedagogia Libertadora de Paulo Freire. A estruturação do projeto levou em consideração o universo sociocultural dos educandos, seu universo sociolinguístico e a relação homem-natureza-cultura. Com base nesses critérios foram extraídos os temas e as palavras geradoras que compuseram a Cartilha Poronga<sup>1</sup> utilizada para a alfabetização e pós-alfabetização de jovens e adultos dos seringais Nazaré, Tupá e São Pedro.

A conjuntura do momento em que o Projeto Seringueiro nasceu era de polarização e recrudescimento nas disputas fundiárias que ocorriam no Acre desde meados dos anos de 1970 em razão da política de desenvolvimento implantada na Amazônia com o golpe civil militar, desferido contra o governo do presidente João Goulart em 1964. As populações de trabalhadores e trabalhadoras extrativistas transladadas do Nordeste brasileiro que passaram a viver na Amazônia a partir de meados do século XIX demandavam novas estratégias de

enfrentamento aos latifundiários. Os antigos seringalistas<sup>ii</sup> que apresentavam traços feudais bastante acentuados foram substituídos pelos “modernos” pecuaristas advindos das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Estes eram atraídos para a Amazônia pela publicidade do governo civil militar de que “a região era um vazio demográfico, uma terra sem gente para gente sem terra”, e que era preciso, como dizia o *slogan* do governo militar: “Integrar para não entregar”. Além dessa propaganda sedutora o que mais seduzia eram os subsídios oferecidos pelos Governos Federal e Estadual por meio de seus bancos públicos, como o Banco do Brasil (BB) o Banco da Amazônia (BASA) e o Banco do Estado do Acre (Banacre), que destinavam recurso quase a fundo perdido aos novos donos da terra. Com isso o Estado foi invadido por grandes latifundiários, mudando rapidamente a geografia regional pela transformação de vastas porções de seringais em pastagens. Muitas terras foram adquiridas naquele momento para futura especulação imobiliária. Portanto, o Estado Brasileiro disponibilizava aos novos senhores da terra linhas de incentivo para a ocupação da região por populações alóctones, como se de fato a Amazônia fosse um vazio demográfico, gerando sangrentos conflitos fundiários.

Esta política de expansão do capital para a Amazônia se valia de um artifício que consistia na absoluta invisibilidade das populações locais. Não se falava nem em seringueiros e nem em populações indígenas. No caso do Acre, as políticas de desenvolvimento incentivava a colonização com populações alóctones, como se de fato o território acreano fosse um vazio demográfico. Os governantes do Acre negavam a existência de indígenas, dizendo que o que existia era um caboclo ou outro, mas que não era nada relevante.

Na luta que foi travada pelos extrativistas contra essas hordas invasoras, os apoios empenhados pela Igreja Católica e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) em favor das populações autóctones já não eram suficientes. Havia um contingente muito grande de analfabetos na Amazônia, o que inibia e mesmo constituía um óbice à participação de um maior número de trabalhadores e trabalhadoras nas lutas, implicando negativamente no avanço da resistência. Não cabia nem ao sindicato e nem à igreja católica a função de prover a educação escolar dos filhos e filhas dos seringueiros e seringueiras. Os líderes do movimento sindical e popular tinham consciência que era urgente ter uma escola para os extrativistas, mas não seria adequada uma escola que fosse aos moldes da educação rural que eles conheciam, muito embora nem mesmo essa estivesse à disposição nos ambientes extrativistas àquela época. Esses líderes, embora desconhecessem Paulo Freire e sua proposta de Educação

Libertadora, sabiam que “Mais que escrever e ler que a “asa é da ave”, os alfabetizando e alfabetizadas necessitavam de uma educação que fizesse perceber a necessidade de um outro aprendizado: o de “escrever” a sua vida, o de “ler” a sua realidade” (FREIRE, 1981, p. 13). Ao perceber isso, a direção do STR empenhou esforços para implantar um modelo de educação escolar com perfil preconizado pelo educador pernambucano. Absoluta invisibilidade das populações locais. Não se falava nem em seringueiros e nem em populações indígenas. Era negada a existência de etnias indígenas no Acre. Diziam que o que existia era um caboclo ou outro. Mas nada de relevante.

### **A resistência dos seringueiros do Acre ao avanço do latifúndio nos anos de 1970 e 1980: o contexto social, político, religioso, econômico e educacional**

Em 1978, cerca de um terço das terras cadastradas no Incra encontravam-se sob o domínio de investidores do Centro-Sul, em sua maioria, oriundos do Estado de São Paulo. (Paula, 2004, p. 88).

De meados dos anos de 1970 ao final dos anos de 1980 os trabalhadores e as trabalhadoras extrativistas da Amazônia viviam sob intenso e violento ataque de seus direitos fundiários, notadamente do direito de posse em razão do projeto de desenvolvimento econômico apresentado pelo governo federal que à época era gerenciado por generais do exército que ascenderam ao poder em 1964 via golpe militar. Esse embate era uma particularidade da luta de classes daquele momento em nosso país e fazia parte do projeto de expansão do capital para a conquista de novos territórios, avançando as fronteiras agrícolas para lugares que até então o agronegócio não havia chegado. Esse processo está muito bem ilustrado no texto de Pomar, que apresentamos abaixo:

O caminho deveria ser, então, a manutenção do latifúndio, mas sob nova forma. Era necessário modernizá-lo, fazendo-o aderir aos métodos capitalistas. “Temos aqui uma agricultura de subsistência e precisamos transformá-la numa agricultura de mercado”, disse mais tarde o então ministro da agricultura do governo Geisel, Alysso Paulinelli. Ao lado disso, tornava-se imprescindível dividir as terras devolutas em grandes latifúndios, como advogava, em 1970, um relatório do ministério do interior sobre a situação fundiária: “as grandes áreas desocupadas devem ser dadas às grandes empresas para impedir que sejam ocupadas pelo marginal”. (Pomar, 2009, p. 78).

Esse processo viabilizou uma enorme concentração fundiária, permitindo a criação de latifúndios ainda maiores que os antigos seringais, à medida que propiciou aos novos senhores da terra a aquisição de vários seringais que formavam imensas fazendas para a criação de gado bovino. Essa nova conjuntura fazia com que os antigos antagonismos dos seringueiros

com os seringalistas remanescentes do antigo sistema e com os marreteiros<sup>iii</sup>, fossem oponentes muitos menos agressivos do que esses que afloraram com a ascensão dos novos senhores da terra. Os fazendeiros contavam com o auxílio de violentos jagunços, e os agentes de repressão do Estado que sempre assumiam a defesa dos novos senhores da terra. Leiamos o relato do ex-seringueiro Sebastião (Sabá) Marinho:

... os jagunço da fazenda chegava na colocação do seringueiro junto com a polícia e as vez (sic) com o pessoal do fórum e dizia que aquela terra era do fazendeiro e que o seringueiro tinha de sair. Eles dava prauzos (sic) muito pequeno. Quando o cabra não saia, às vez teve muitos caso que eles derrubava e queimava a casa. (Sabá Marinho, entrevista em 03/19).

Com o descenso do catolicismo desde o século XVI em razão da Reforma Protestante e a ascensão do capitalismo a partir do século XVIII, gerando agudas discrepâncias e injustiças sociais, o papa Leão XIII emite a *Carta Encíclica Rerum Novarum*, publicada em 15 de maio de 1891. Esse documento tinha por base o direito natural e defendia a propriedade privada com justiça social. Na essência, o conteúdo da encíclica visava ganhar os operários e operárias para a causa do catolicismo, pois esses estavam aderindo ao movimento comunista que crescia na Europa, sobretudo nos países onde o capitalismo estava mais avançado. Este documento inaugura na Cúria Romana a Doutrina Social da Igreja. E essa ganhou novos contornos com o Concílio Ecumênico Vaticano II, convocado pelo papa João XXIII, e realizado de 1962 a 1965. Esse Concílio reuniu bispos de toda a Igreja, assessores, teólogos e observadores não católicos. Nele foram realizadas reflexões acerca da possibilidade de inaugurar uma “Igreja dos pobres”. O Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam) sacramentou essa tendência com a chamada opção preferencial pelos pobres, que foi confirmada posteriormente nas conferências episcopais de Medellín na Colômbia em 1968, e de Puebla, no México em 1979.

Por conta dessas iniciativas a igreja latino-americana passou a organizar seus fiéis em Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) orientada pela doutrina da Teologia da Libertação, movimento que se caracterizou pela opção preferencial pelos pobres, alinhando-se com as lutas sociais em defesa da vida do povo mais pobre<sup>iv</sup>. Essa opção firme em favor dos atingidos pelos problemas econômicos e sociais, pós-implantação do regime militar autoritário, desencadeou uma dura perseguição contra esses agentes católicos, levando muitos deles à prisão, tortura, exílio, assassinatos e mortes motivadas pelas sequelas das torturas.<sup>v</sup>

Essa aparente digressão acerca dos movimentos no tabuleiro da cúria romana faz-se necessária porque o Acre vivia sob o impacto dessa opção preferencial pelos pobres levada a

termo pela Prelazia do Acre e Purus<sup>vi</sup>. Nos anos de 1980, assim como por ocasião da emissão da *Encicla Rerum Novarum*, a igreja do Acre disputava os fiéis com os movimentos sociais laicos, numa tentativa de impedir a adesão dos trabalhadores e trabalhadoras rurais a uma posição política mais radical. No âmbito da disputa político-partidária o Estado do Acre vivia os estertores dos partidos da ditadura militar. A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) que após a quebra do bipartidarismo se tornou o Partido Democrático Social (PDS) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que se torna o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). O PDS e o PMDB assim como seus antecessores ARENA e MDB na verdade representavam pouca diferença política. Ambos eram constituídos por quadros das classes dominantes locais, salvo uma fração alojada no PMDB constituída pelos militantes de esquerda que atuavam de maneira semiclandestina. Eram militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e mantinha hegemonia no movimento de professores do Acre, tendo organizado o embrião do sindicato dessa categoria a Associação dos Professores do Acre (ASPAC).

Com o fim do bipartidarismo nasce à esquerda o Partido dos Trabalhadores (PT) com ampla adesão de quadros dos movimentos sociais e populares ligados às CEB's e ao movimento sindical rural. Na primeira disputa do PT ocorrida na eleição de 1982 seu desempenho não foi o esperado pelos dirigentes e militantes. O partido apresentou pouca densidade eleitoral e naquele primeiro pleito elegeu apenas um deputado estadual, que na verdade representava uma defecção do PMDB que não encontrou espaço para a disputa em seu partido. Após ser eleito retornou ao seio partidário original.

Nos anos de 1980 o Acre vivia um *boom* no sindicalismo de trabalhadores rurais. No entanto, em razão da tutela do sindicalismo por parte do Estado, via Ministério do Trabalho (MT), os dirigentes sindicais deveriam apresentar um rol de documentos para registrar candidaturas à direção sindical. Entre as populações extrativistas havia a predominância do analfabetismo. E entre a geração adulta e, sobretudo na população do gênero feminino, os índices se aproximavam de 100%. Isso inibia a participação dos quadros mais aguerridos dos sindicatos na composição de suas diretorias. A maioria desses quadros era constituída por analfabetos e essa condição consistia em vergonha, constringendo os que se encontravam naquela situação. As classes dominantes vendiam a ideia de que o analfabetismo era uma mancha, mas essas classes não assumem que essa condição é uma criação delas, conforme argumenta Darcy Ribeiro:



Os privilegiados simplesmente se isolam numa barreira de indiferença com a sina dos pobres, cuja miséria repugnante procuram ignorar ou ocultar numa espécie de miopia social, que perpetua a alteridade. O povo massa, sofrido e perplexo vê a ordem social como sistema sagrado que privilegia uma minoria contemplada por Deus. (Ribeiro, 1995, p. 25).

A negatividade atribuída a essa situação era razão pela qual muitos trabalhadores e trabalhadoras extrativistas se recusavam a fazer a documentação com o registro da condição de analfabeto. A superação da “mancha” do analfabetismo se tornava assim impossível, haja vista que não havia escolas nos ambientes extrativistas, não obstante o governo da ditadura civil militar ter criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). O alcance do MOBRAL se restringia basicamente às áreas urbanas e aos arredores rurais próximos das cidades, dificilmente chegando aos seringais distantes onde se concentrava a maior parte da população da região Amazônica. Segundo dados do censo de 1980, que fez um feedback da situação do final dos anos de 1970, os números do Acre acerca de infraestrutura, matrículas e desempenho escolar nos primeiro e segundo graus, revelaram o quão ínfimo era a cobertura e os resultados escolares no Estado. E acerca da alfabetização o censo não apresentou dados. Isso supõe a inexistência de matrículas naquele segmento, ou um atendimento insignificante que o censo não julgou relevante de registro, como se pode averiguar na tabela abaixo.

Quadro 1 – Dados da escolarização no Acre no ano de 1978.

Ano	N.º de estabelecimentos		Corpo docente	Matrícula inicial	Aprovação	Evasão	Repetência
1978	Alfabetização	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	1º Grau	473	1923	49.786	26.081	10.745	10.960
	2º Grau	9	200	3.049	1.535	1024	490

(Fonte: Censo IBGE 1980).

O Nordeste, historicamente sempre foi a região brasileira em que se apresentava os mais elevados níveis de analfabetismo, e o Acre desde os anos de 1960 apresentava níveis semelhantes ou mais graves que os do Nordeste. Naquela década na região Nordeste, iniciando no final da década anterior, nascem diversos projetos e experiências por iniciativa de setores populares e da igreja católica, tais como

Experiência de rádio-educação no Rio Grande do Norte (1958) Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo – CNEA (1958), Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA (1958), Movimento de Cultura Popular – MCP (1960), o surgimento do Método Paulo Freire (1961), Movimento de Educação de Base – MEB (1961), Campanha Pé no Chão também se Aprende a Ler (1961), do educador Moacyr de Góes e em 1963 houve a experiência de alfabetização do educador Paulo Freire em Angicos. (Braga & Mazzeo, 2017, p. 15).

Não obstante esta explosão de movimentos pró-erradicação do analfabetismo, aliás, no caso de Paulo Freire sua intenção era “efetivar uma aspiração nacional apregoada desde os anos de 1920 por todos os grupos políticos, que era a alfabetização do povo brasileiro e a ampliação democrática da participação popular” (Freire, 1967, p. 18). Todavia, apesar destes esforços, os níveis de analfabetismo naquela década continuaram muito altos no Nordeste. Os números apurados indicam um percentual entre 61,6% e 72,6 %, os mesmos que se verificavam na região Norte. Vale trazer à reflexão que estes índices na Amazônia eram bem maiores. E especificamente no Acre beirava os 100% nas zonas extrativistas. Isso se dava por razões como a concentração do analfabetismo nas classes sociais e econômicas mais vulneráveis, o isolamento e a baixa densidade nos seringais que impedia a criação de escolas no estilo tradicional, como eram as escolas no modelo de educação rural, com classes multisseriadas e mesmo do Mobral.

Embora a década de 1960 tenha sido a década em que se acentuou a metamorfose no perfil populacional brasileiro, com o aumento do fluxo campo/cidade, nas regiões extrativistas como as do Acre, esse fluxo só se iniciará no final dos anos de 1970, ampliando-se a partir de meados dos anos de 1980 e explodindo nos anos de 1990. Pelos dados atuais apurados no censo de 2010 pelo IBGE, o Acre apresenta 76% da população vivendo em ambientes urbanos, sendo 58% na capital. (População no último censo [2010] s.a., s.d. Homepage [Mensagem de correio eletrônico]. Consultado em 2021, Junho 20 em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ac/panorama>

Nesta situação de dispersão, baixa densidade demográfica e com a iminência de expulsão de seus territórios os seringueiros e seringueiras se organizaram e promoveram os empates<sup>vii</sup> numa tentativa de proteger o território da ameaça de se transformar em pasto para gado bovino. Em discussões nas CEBs e delegacias sindicais os seringueiros foram adquirindo consciência de que a disputa entre eles e os latifundiários era parte da luta de classes que se caracteriza pela oposição entre patrões e trabalhadores. Por essa tomada de consciência eles sabiam que deveriam ser cada vez mais organizados, disciplinados e aguerridos no combate aos seus oponentes. Era preciso vencer aquela luta para galgar outro estágio na organização econômica/social, e avançar no rumo da conquista de uma sociedade mais igualitária. A igreja exemplificava essa possível nova sociedade expondo e refletindo com os conteúdos bíblicos, notadamente com trecho do capítulo dois, versículos 44-45 do livro dos Atos dos Apóstolos no qual está escrito que: “Todos os que criam mantinham-se unidos e tinham tudo em comum. Vendendo suas propriedades e bens, distribuíaam a cada um

conforme a sua necessidade”. Na outra ponta, em que os seringueiros recebiam capacitação política do sindicato de trabalhadores rurais e outras instituições laicas, eles refletiam a partir de textos clássicos do marxismo e aprendiam que

A história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classe. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, membro das corporações e aprendiz, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em contraposição uns aos outros e envolvidos em uma luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre com a transformação revolucionária da sociedade inteira ou com o declínio conjunto das classes em conflito. (Marx, 2008 p. 10).

No que diz respeito à crítica da sociedade burguesa que oprime o trabalhador e a trabalhadora, havia convergências entre o que pregava a igreja católica e aquilo que o sindicato defendia. As divergências surgiam quando se tratava de projetar uma sociedade futura. A igreja devido ao seu conservadorismo e atavismo buscava influenciar no sentido de propor uma sociedade em que se respeitasse o direito à propriedade, defendendo que essa cumprisse funções sociais, e, sobretudo que se construísse uma sociedade livre do ateísmo, que é, na opinião das instituições religiosas, o maior mal e a característica mais marcante do comunismo, dado o seu materialismo. Contraditoriamente, a Teologia da Libertação adotara o método marxista. Conforme escreve Löwy, refutando análises feitas por políticos de direita que atribuíam a penetração do marxismo na igreja católica em razão de uma estratégia do comunismo internacional, o autor argumenta o seguinte:

Ora, um mínimo de senso comum e de análise sócio-histórico seria suficiente para qualquer observador honesto reconhecer que a Teologia da Libertação e a convergência do cristianismo e do marxismo em certos setores da Igreja – não foi resultado de nenhuma conspiração, estratégia, tática, infiltração ou manobra por parte de comunistas, e sim uma evolução interna da própria Igreja e originando-se de sua própria cultura e tradição. (Löwy, 2006, p. 123).

## **Nasce o Projeto Seringueiro**

A situação política e social do Acre naquele momento conforme já referido neste texto, era de intensos conflitos e ameaças aos seringueiros e seringueiras que viviam premidos por latifundiários, expropriadores dos territórios tradicionais das populações amazônicas. Agregada a essa situação, agravando-a, havia o predomínio do analfabetismo. Em fase da intensa adesão dessas populações ao sindicalismo, a diretoria do STR de Xapuri procurou alternativas para implantar um programa autônomo de educação escolar. O governo era francamente contrário aos interesses das trabalhadoras e trabalhadores. Um projeto de

educação escolar adequado à realidade dos extrativistas deveria basear-se numa metodologia questionadora, que ajudasse os educandos e as educandas a compreenderem de forma crítica a situação de exploração a que estavam submetidos/as e assim pudessem responder construindo alternativas àquela situação em que estavam inseridas/os.

O processo que propiciou a implantação do Projeto Seringueiro tem muito a ver com um episódio ocorrido em junho de 1980, quando Raimundo Mendes de Barros, conhecido como Raimundão diretor do STR de Xapuri fez contato com os militantes sociais Ronaldo Lima de Oliveira e sua companheira Marlete Antrobus de Oliveira por ocasião de um ato público em protesto contra o assassinato do presidente do STR de Brasiléia Wilson Pinheiro. Este sindicalista e líder dos extrativistas fora assassinado a mando de fazendeiros, sendo a execução do crime atribuída a um pistoleiro contratado por um capataz de fazenda chamado Nilo Sérgio de Oliveira, vulgo Nilão. Após a inércia das autoridades em investigar o caso, o capataz fora justificado pelos seringueiros. No entanto, após o justicamento praticado pelos seringueiros o sistema repressivo do Estado foi acionado de forma célere, e, no mesmo dia do justicamento já havia agentes da repressão prendendo e torturando seringueiros nos rincões mais distantes e inóspitos dos seringais dos municípios de Brasiléia, Epitaciolândia e Assis. Feita mais essa digressão voltemos à narrativa acerca do encontro do Raimundão com Ronaldo e Marlete. Ele convidou o casal para visitar e conhecer suas bases de atuação na colocação<sup>viii</sup> Rio Branco no seringal Floresta. O casal aceitou o convite e fez uma visita de uma semana ao Raimundão quando ficou acertado que iriam morar num seringal próximo ao seringal Floresta.

Em novembro de 1989 o casal foi viver na colocação Já-com-fome, no seringal Nazaré. Essa colocação fora indenizada<sup>ix</sup> pela fazenda Bordon onde havia uma delegacia sindical cujos membros eram muito organizados e respeitados pelos jagunços do pecuarista Gerardo Bordon. Os militantes daquela delegacia sindical ajudaram a construir em sistema de adjunto, como é conhecido regionalmente o trabalho em mutirão, uma casa para o casal. Os dois passaram a desenvolver trabalhos de base visando fortalecer a resistência dos seringueiros contra os desmandos do preposto e dos jagunços da fazenda Bordon que ameaçavam os posseiros, sobretudo aqueles que não eram associados ao STR e não se organizavam em delegacias sindicais.

No início do ano de 1981 os diretores do STR de Xapuri realizaram uma conversa com o casal Marlete e Ronaldo e a antropóloga Mary Allegretti desafiando-os para que organizassem uma escola para atender jovens e adultos de comunidades dos seringais Nazaré,

Tupá e São Pedro. Mesmo não tendo experiência em magistério eles aceitaram o desafio. Mas não queriam desenvolver uma escola qualquer, pois sabiam que era preciso superar o padrão escolar oferecido às classes populares, assentado numa pedagogia para a subserviência, como era o modelo de educação rural que mesmo inadequado ao meio extrativista não estava acessível aos seringueiros. Pela ação militante que desenvolviam sabiam da existência de Paulo Freire e que este criara modelo de educação de adultos com características questionadoras e libertárias. Todavia eles não tinham conhecimentos aprofundados que lhes permitissem organizar a escola que foram desafiados a criar, pois desejavam que fosse uma educação com base nos pressupostos de Paulo Freire.

Eles sabiam que existem modelos divergentes de educação, de acordo com os objetivos que se coloquem. Aqui elencamos três desses modelos em disputa àquela época. O primeiro era constituído pelos projetos de educação oficial, defendidos pelo Estado. Suas características consistiam na preparação de força de trabalho capaz de responder aos desafios do projeto de modernização e desenvolvimento dependente do capitalismo, que era o modelo defendido pelo governo civil militar. Esse modelo também pretendia apresentar números que pudessem atribuir melhoria dos indicadores sociais do país. O segundo grupo, ligado à igreja católica pretendia formar cristãos conscientes, capazes de defender e construir uma sociedade com justiça social e livre do materialismo comunista. Por sua vez, o terceiro grupo, era constituído pelos movimentos sociais e populares. Estes defendiam um projeto de educação integral que visava à formação de sujeitos críticos, capazes de autodeterminação e com autonomia para dar respostas aos desafios, anseios e demandas humanas, materiais e culturais, na construção de uma sociedade socialista. A proposta freiriana se encaixava nessa terceira alternativa, e os desafiados resolveram acatá-la. Eles percebiam que precisavam dominar os conceitos, a filosofia e a metodologia freireana para aplicá-la a contento num projeto de educação/alfabetização adequado à realidade dos seringueiros e seringueiras.

Apesar das especificidades aquele modelo de educação moldada para os seringais compartilhou princípios e características adotados pelas experiências de alfabetização desenvolvidas noutros locais. Sobretudo aquelas que também se inspiravam nas contribuições de Paulo Freire. Que questionavam a centralidade do papel do professor como sendo o agente que detém e deposita conhecimentos na cabeça vazia dos estudantes, tidos como meras *tábulas rasas*, sem cultura e sem conhecimento, naquilo que Paulo Freire classificou como educação bancária. Esse tipo de educação se reduz à recitação de conhecimentos “neutros” extraídos de uma cartilha que o professor não contribui para a elaboração. No caso do projeto

de alfabetização desenvolvido no seringal Nazaré o Projeto Seringueiro desenvolveu uma cartilha denominada Poronga, cujo processo de construção será a seguir descrito.

Paulo Freire escreveu que “Em certas circunstâncias, o analfabeto é o homem que não necessita ler, em outras, é aquele ou aquela a quem foi negado o direito de ler” (Freire, 1981, p. 16). Historicamente os seringueiros foram colocados nesse primeiro caso e era preciso sair daquela situação, pois o tempo histórico dos anos de 1980 e a nova conjuntura demandavam que o mundo do extrativismo alcançasse a condição da escolarização. Além disso, a partir do processo de conscientização começou-se a ter a compreensão de que aos seringueiros fora negado o direito de ler a palavra e o mundo. Acerca da conscientização Paulo Freire (1972, p. 15) escreve que “A conscientização é, neste sentido, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se “desvela” a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo”.

Aprofundando a reflexão acerca da implantação da escola demandada pelo SRT de Xapuri Mary, Ronaldo e Marlete concluíram que era preciso ter um bom preparo político pedagógico para organizar um projeto de educação completo para os extrativistas e isso demandava investimento financeiro. Então conseguiram ajuda financeira da instituição filantrópica inglesa Oxford Family (OXFAM), da Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE) e do Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Vale aqui o registro de que o analfabetismo endêmico nos ambientes do extrativismo amazônico apresentava um quadro que era geral nas zonas rurais do Terceiro Mundo, como em países da África, América Latina, Ásia e Estados Árabes. Na década de 1960, conforme registrado na obra *A educação no meio rural* (1981) esse quadro era caracterizado pela quase inexistência de potenciais candidatos que pudessem ser incorporados ao magistério. A situação descrita pelos autores acerca das condições da educação no meio rural do terceiro mundo era *ipsis litteris* a mesma encontrada na Amazônia em geral e no Acre em particular. Na obra citada se lê o seguinte: “Um grande número de educadores, sobretudo no meio rural, só possui uma bagagem intelectual e profissional rudimentar, quando não estão completamente inadaptados às condições da vida rural. Alguns sabem apenas um pouco mais do que os próprios alunos.” (Rakotomalala & Khoi, 1981, p. 37).

Em razão do analfabetismo predominante nos seringais do Acre, no primeiro momento da criação do Projeto Seringueiro não foi possível incorporar ninguém dos três seringais – Nazaré, Tupá e São Pedro como professor ou professora. Mas os militantes das CEBs e das delegacias sindicais desses seringais foram fundamentais para a construção do projeto.

Para viabilizar a estruturação do Projeto Seringueiro foi estabelecida uma parceria com o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI)<sup>x</sup>, entidade paulistana que desenvolvia atividades de assessoria em educação popular referenciada nos pressupostos políticos pedagógicos desenvolvidos por Paulo Freire. Acerca da questão se existe um método Paulo Freire, queremos esclarecer nossa posição. Em nosso entendimento a produção acadêmica e a prática política educacional desenvolvida e adotada em diversos países sob influência do autor não se restringem à prescrição de um método de alfabetização destinado a adultos. No seu conjunto, a produção intelectual de Paulo Freire se destaca como valiosa contribuição às ciências sociais e humanas, bem como inspiração para movimentos políticos sociais, indo desde a educação, a filosofia, a psicologia, o serviço social e outras áreas, inclusive contribuindo com os estudos decoloniais, haja vista o caráter subversivo da proposta pedagógica do educador. Dada à relevância de sua obra Paulo Freire é estudado em universidades norte americanas e europeias, recebendo diversas homenagens mundo afora, e é o autor brasileiro melhor rankeado em referências acadêmicas no exterior, sendo que sua obra seminal a *Pedagogia do Oprimido*, escrita em 1968 é a terceira obra mais citada em trabalhos acadêmicos na área de humanidades em todo o mundo. Portanto, quando nos referirmos a método Paulo Freire o fazemos conforme colocam alguns estudiosos de sua obra, tais como o professor Ernani de Fiori que no prefácio de *Pedagogia do Oprimido* escreve:

O método Paulo Freire não ensina a repetir palavras, não se restringe a desenvolver a capacidade de pensá-las segundo as exigências lógicas do discurso abstrato; simplesmente coloca o alfabetizando em condições de poder re-existenciar criticamente as palavras de seu mundo, para, na oportunidade devida, saber e poder dizer a sua palavra. (Fiori *apud* Freire, 1987, p. 8).

Quando escrevemos método Paulo Freire, estamos aludindo, sobretudo à experiência exitosa desenvolvida em Angicos no Estado do Rio Grande do Norte no ano de 1962, onde primeiro foi organizada uma turma de educandos tendo por base os pressupostos políticos educacionais de Paulo Freire, e da qual ele próprio esteve à frente. Nessa experiência inovadora do ponto de vista didático metodológico a turma de jovens e adultos que ali estudou foi alfabetizada num curto tempo de 40 horas de aulas. Marcos Guerra, que coordenou os círculos de cultura em Angicos escreveu que Paulo Freire falava em passos do método, referindo-se “à preparação dos conteúdos e materiais educativos, a partir do universo vocabular do grupo” (Guerra, 2013, p. 24). Há autores que falam do trabalho de alfabetização proposto por Paulo Freire referindo-se a ele como sistema, como é o caso de Fávero que fala

que “o sistema Paulo Freire foi aplicado em João Pessoa, inicialmente trabalhando com um grupo de domésticas da Juventude Operária Católica” (Fávero, 2013, p. 57).

Outro autor que se refere ao trabalho de Paulo Freire nominando-o por método é Campos (2013), que justifica essa caracterização por se tratar de uma forma não ortodoxa de encarar a educação. Chamamos a atenção para o fato de o processo de conscientização feito por meio de diálogos sobre o conceito antropológico da cultura a partir de uma série de slides com palavras geradoras, sílabas e famílias silábicas levarem os homens e as mulheres que se apropriam “desses conceitos serem capazes de se reconhecerem como atores históricos e criadores da cultura (em sua dimensão antropológica: cultura é tudo aquilo que o homem faz, em oposição ao conceito cultural elitista e excludente).” (Campos, 2013, p. 69).

Citamos também Beisiegel que escreve:

A criação e a prática do método Paulo Freire de alfabetização de adultos estiveram permanentemente envolvidas em disputas políticas. Já em suas origens, nos círculos de cultura instituídos pelo educador em suas primeiras atividades no Movimento de Cultura Popular (MCP) do Recife, os diálogos entre os adultos participantes tinham como referência temas de forte conteúdo político. (Beisiegel, 2013, p. 97).

Tenhamos presente que o próprio Paulo Freire se refere a uma parte do seu trabalho de educador como método, conforme podemos atestar na seguinte descrição que o autor faz dividindo-o em cinco passos:

Analisemos agora as fases de elaboração e de execução prática do Método. Fases: 1. Levantamento do universo vocabular dos grupos com quem se trabalhará; 2. A segunda fase é constituída pela escolha das palavras, selecionadas do universo vocabular pesquisado; 3. A terceira fase consiste na criação de situações existenciais típicas do grupo com quem se vai trabalhar; 4. A quarta fase consiste na elaboração de fichas roteiro, que auxiliem os coordenadores de debate no seu trabalho; 5. A quinta fase é a feitura de fichas com a decomposição das famílias fonêmicas correspondentes aos vocábulos geradores. (Freire, 1967, p. 118-121).

Para concluir essa temática afirmamos nossa convergência com Paulo Freire que refutava a ideia de que toda a sua produção teórica se restringisse a um processo de alfabetização, por mais eficaz e inovador que fosse aquilo que foi feito pioneiramente em Angicos. No entendimento do autor aquilo que foi feito em 1962 era muito “mais uma Teoria do Conhecimento do que uma metodologia de ensino, muito mais um método de aprender que um método de ensinar” (Feitosa, 1999, p. 25).

Portanto, o que aqui reputei como método segue a lógica desenvolvida por esses autores, incluindo o próprio Paulo Freire. Estes não reduziram o legado do educador a um



mero método de alfabetização. E o Projeto Seringueiro também não se restringia a adoção do “método Paulo Freire”, mas ampliava como é próprio do legado do educador, o espectro do ato educativo para além das atividades de escrita e leitura, incentivando os educandos e as educandas à participação ativa nas atividades políticas sociais que visavam à transformação da realidade em que estavam inseridos/as.

### **A construção do conjunto didático pedagógico Poronga**

Uma vez analisada a situação política e sócio cultural dos seringueiros e seringueiras pela equipe técnica/pedagógica do CEDI, juntamente com a antropóloga Mary Alegreti e o casal Marlete/Ronaldo com a participação de diretores do STR, foi definido que se deveria organizar a escola e para tanto produzir duas Cartilhas. Uma era destinada a exercitar o aprendizado da leitura e da escrita e a outra para possibilitar a aquisição da competência matemática, com ênfase no entendimento e aplicação das quatro operações aritméticas. Nessa perspectiva a primeira tarefa a se realizar foi a escolha do tema central que deveria organizar o Projeto Político Pedagógico do Projeto Seringueiro, sendo discutidos os seguintes pontos como fundantes para a sistematização dos materiais e a organização dos trabalhos pedagógicos:

O material a ser produzido deveria possibilitar aos seringueiros a aprendizagem dos códigos de leitura, escrita e primeiras contas, capacitando-os, em especial, a ler e interpretar códigos utilizados no processo de comercialização da borracha. Assim, o seringueiro passaria a ser mais autônomo dentro de suas organizações, a cooperativa, por exemplo, o que auxiliaria em sua mobilidade por melhores condições de vida. (Caderno do CEDI nº 13, 1984, p. 9).

O trabalho para o levantamento do universo vocabular foi realizado com o engajamento de um grupo de sete famílias de extrativistas, sendo cinco do seringal Nazaré, uma do seringal São Pedro e outra do seringal Tupá. Esse levantamento foi fundamental no processo de implementação do método, pois segundo Paulo Freire

Não há palavra verdadeira que não seja práxis. Daí, que dizer a palavra verdadeira seja transformar o mundo ... e que investigar o “tema gerador” é investigar, repitamos, o pensar dos homens referido à realidade, é investigar seu atuar sobre a realidade, que é sua práxis. (Freire, 1987, p. 50-63).

As ilustrações a grafia e a descrição das famílias silábicas nas codificações das palavras geradoras foram colocadas na cartilha e não em fichas de codificação ou slides. No processo de discussão com os seringueiros e seringueiras para a escolha das palavras geradoras os agentes externos ao seringal seguiram à risca um preceito fundamental para Paulo Freire que

consiste em fazer desse processo “um lugar de encontro, onde não há nem ignorantes absolutos, nem sábios absolutos: há homens e mulheres que, em comunhão, buscam saber mais”. (Freire, 1987, p. 52).

O processo de dialogicidade protagonizado pelos futuros educandos e educandas com os agentes externos ao seringal e que resultou na organização dos Materiais de alfabetização do Projeto Seringueiro foi um exercício muito importante para a formação pedagógica do casal Ronaldo/Marlete que foram os primeiros monitores da Escola Wilson Pinheiro. O nome da escola era uma homenagem ao presidente do STR de Brasília assassinado pelos latifundiários em junho de 1980. O processo vivenciado pelo casal fez com que percebesse a diferença entre uma educação dialógica, problematizadora e uma educação tradicional, referida como educação bancária por Paulo Freire.

Para o “educador-bancário”, na sua antialogicidade, a pergunta, obviamente, não é a propósito do conteúdo do diálogo, que para ele não existe, mas a respeito do programa sobre o qual dissertará a seus alunos. E a esta pergunta responderá ele mesmo, organizando seu programa. Para o educador-educando, dialógico, problematizador, o conteúdo programático da educação não é uma doação ou uma imposição – um conjunto de informes a ser depositado nos educandos, mas a revolução organizada, sistematizada e acrescentada ao povo, daqueles elementos que este lhe entregou de forma desestruturada. A educação autêntica, repitamos, não se faz de “A” para “B” ou de “A” sobre “B”, mas de “A” com “B”, mediatizados pelo mundo. (Freire, 1987, p. 53-54).

Conforme se pode averiguar no quadro abaixo, o tema geral para o processo de alfabetização por meio do Material Poronga foi direcionado à reflexão/conscientização dos seringueiros visando ao fortalecimento da organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no Acre e o fortalecimento de suas lutas.

Quadro 2 - Tema geral e Palavras Geradoras da Cartilha Poronga.

<b>Tema Geral</b>		
A organização dos trabalhadores rurais no Acre e o fortalecimento de suas lutas.		
<b>Unidade</b>	<b>Palavras Geradoras</b>	<b>Temas geradores</b>
Primeira	mata, pato, paca, comida	A importância da mata na vida dos seringueiros.
Segunda	morada, jirau, jarina, rede	A transformação da natureza.
Terceira	barracão, corte, borracha	O sistema tradicional de exploração do trabalho do seringueiro.
Quarta	cooperativa, empate, sindicato, posse	A luta por novas condições de trabalho.
Quinta	escola	O direito à educação.
Sexto	caça, farinha, querosene, febre	O direito à alimentação e à saúde.
Sétimo	paxiúba, trabalho riqueza, governo	A pobreza e a riqueza.
Oitavo	Seringueiro	Projeto de vida.

Fonte: Caderno CEDI 13, Junho de 1984

Quadro explicativo das dificuldades de escrita e leitura a serem exploradas em cada palavra geradora.

Quadro 3 Dificuldades de escrita e leitura a serem exploradas pelas palavras geradoras.

N.º de ordem	Palavra	Dificuldade
01	Mata	Essas duas palavras introduzem sílabas simples.
02	Pato	
03	Paca	A palavra paca apresenta a família <i>ca, co, cu</i> , deixando os fonemas <i>que</i> e <i>qui</i> para serem trabalhadas na palavra, querosene.
04	Comida	Essa palavra introduz a família da letra <i>d</i> .
05	Morada	Essa palavra traz o <i>r</i> com som brando, que merece cuidados especiais.
06	Jirau	As palavras jirau e jarina, além de introduzirem a família do <i>j</i> ; e <i>n</i> , vão servir para fixação do <i>r</i> brando..
07	Jarina	
08	Rede	Essa palavra estuda o <i>r</i> inicial.
09	Barracão	Essa palavra apresenta a grafia do som forte do <i>r</i> em sílabas intermediárias, o dígrafo <i>rr</i> , e o <i>ão</i> .
10	Corte	Essa palavra apresenta uma forma nova de sílaba, acrescida de uma consoante. Com essa palavra passa-se a trabalhar as sílabas chamadas “com acréscimo”, o que vale tanto para o <i>r</i> , como para o <i>m</i> (empate), <i>n</i> (sindicato), <i>s</i> (escola)
11	Borracha	Essa palavra estuda a família do dígrafo <i>ch</i> . Esse som vai ter o seu som confrontado com o som do <i>x</i> .
12	Cooperativa	Na palavra cooperativa e empate se apresentam, respectivamente, a família do <i>v</i> , a dobra de vogal <i>o</i> , e o <i>m</i> em uma sílaba de acréscimo.
13	Empate	
14	Sindicato	A palavra sindicato apresenta a família do <i>s</i> , no seu emprego em sílaba inicial com som brando, e o acréscimo de <i>n</i> . Esta palavra inicia o estudo do <i>s</i> , que é complementado em escola (acréscimo de <i>s</i> ) e em posse, com duplo <i>s</i> .
15	Posse	
16	Escola	
17	Caça	Essa palavra introduz a família <i>ça, ço e çu</i> .
18	Farinha	Essa palavra apresenta o dígrafo <i>nh</i> .
19	Querosene	Essa palavra estuda o emprego do som de <i>z</i> que pode trazer dificuldade ortográfica com relação às palavras escritas com <i>s</i> .
20	Febre	Essa palavra apresenta as sílabas <i>bra, bre, bri, bro, bru</i> , e o emprego de <i>r</i> intercalar.
21	Paxiúba	Essa palavra estuda a família silábica do <i>xa</i> .
22	Trabalho	Essa palavra possibilita o estudo do dígrafo <i>lh</i> .
23	Riqueza	Essa palavra estuda o som do <i>z</i> .
24	Governo	Essa palavra estuda os sons <i>go e gu</i> .
25	Seringueiro	Essa palavra estuda os sons <i>gue, gui</i> .

Fonte: Caderno CEDI 13, Junho de 1984

No quadro acima se pode averiguar as 25 (vinte e cinco) palavras geradoras que foram selecionadas para constituir o material de alfabetização. Para Paulo Freire:

... em face de uma situação existencial codificada, (situação desenhada ou fotografada que remete, por abstração, ao concreto da realidade existencial), a tendência dos indivíduos é realizar uma espécie de "cisão" na situação, que se lhes apresenta. Esta “cisão”, na prática da descodificação, corresponde à etapa que chamamos de “descrição da situação”. A cisão da

situação figurada possibilita descobrir a interação entre as partes do todo cindido. Este todo, que é a situação figurada (codificada) e que antes havia sido apreendido difusamente, passa a ganhar significação na medida em que sofre a “cisão” e em que o pensar volta a ele, a partir das dimensões resultantes da “cisão”. (Freire, 1987, p. 62).

O nome PORONGA foi sugerido pela senhora Alzira Marinho (in memória). Em sua argumentação ela disse que

Assim como a poronga “alumia” os caminhos dos seringueiros durante o corte da seringueira na escuridão da madrugada pelos varadouros<sup>xi</sup>, varações<sup>xii</sup> e estradas de seringa<sup>xiii</sup>, não saber ler e escrever e contar é como estar na escuridão, pois a pessoa se perde nas contas que os marreteiros e os patrões apresentam, e a gente sempre está devendo e não pode nem reclamar, pois a gente está na escuridão de não saber ler e nem escrever.

Ela disse que a cartilha iria ser como a poronga de verdade que alumia a noite, mas sendo que no caso da Cartilha ela iria “alumiar a nossa mente para nós não ser mais enganado.” A Cartilha foi produzida em três formatos: Um caderno de português, um caderno de matemática e um caderno do monitor. Este para orientar os monitores/professores, no caso o casal Ronaldo/Marlete no processo de alfabetização.

Na organização do Caderno de Matemática, por se tratar de um material destinado a população que vivia imersa em realidade de oralidade prevalente, os consultores do CEDI se depararam com os problemas sistematizados nas interrogações abaixo:

1. *Qual o objetivo de ensinar matemática para os seringueiros?*
2. *Que metodologia e linguagem utilizar?*
3. *Que conteúdos deveriam constar do Caderno de Matemática?*

O primeiro problema apontava para o quê estudar em matemática no universo do seringal. Orientados pelas conclusões obtidas a partir da elaboração da Cartilha de Alfabetização, os consultores do CEDI, junto com o casal Ronaldo/Marlete e a antropóloga Allegretti concluíram que o objetivo central não deveria ser outro que não o ensino das primeiras contas, a leitura e a escrituração de uma conta-corrente. Este objetivo visava dar condições para que os seringueiros se fortalecessem na gestão da Central de Produção e Consumo (CPC) que estava se construindo concomitantemente à escola.

Para determinar que linguagem utilizar na aquisição dos conhecimentos matemáticos, se constatou que se deveria utilizar termos que designassem elementos da realidade local (objetos, práticas, etc.) em relação à Matemática, atentando para as situações que os seringueiros contam, até quanto contam, em que situações contam, e, se ao contar quantidades grandes separam de 10 em 10. Tem alguma forma de anotação dos números? Leem números

escritos? Entendem a lógica de uma tabela de preços fixada no barracão? (Caderno do CEDI 13, p. 40).

Essas questões serviram de baliza para a elaboração do Material no que diz respeito à linguagem a ser utilizada. No que diz respeito à metodologia os consultores se depararam com o seguinte dilema: “criar um material que introduzisse e fixasse conceitos matemáticos ou um material que treinasse a aplicação de técnicas operatórias? A opção foi “introduzir no material uma pequena estrutura de conceitos fundamentais de numeração e operações e o treino de técnicas mais urgentes, como cálculo de porcentagem e área”. (Caderno do CEDI 13, 1984, p. 40).

Para o terceiro desafio, o dos conteúdos a serem ensinados, foi determinado que se deveria trabalhar a partir da realidade dos seringueiros com o básico, constituído pela numeração, as operações aritméticas de adição, subtração, divisão e multiplicação; sistema monetário, como representar quantias em dinheiro; medidas de áreas e porcentagem.

O terceiro material produzido foi um Caderno do Monitor que consistia num manual para auxiliar a aplicação do método.

O conjunto de materiais ficou pronto entre meados e o final de 1981, com a edição e a impressão das Cartilhas no Estado de São Paulo. As primeiras aulas ocorreram no início de 1982 e o Projeto Seringueiro, além da educação também abriu uma frente de atuação na organização da Central de Produção e Consumo que adquiria a borracha e a castanha coletadas pelos seringueiros e seringueiras e fornecia os víveres e equipamentos necessários ao consumo e desenvolvimento das práticas agroextrativistas daquelas populações, num sistema de comércio justo. Outras duas frentes de trabalhos que o Projeto Seringueiro iniciou naquele ano foram: 1) a de saúde comunitária com a preparação de agentes populares comunitários de saúde do seringal e; 2) a de assessoria sindical.

## **O Projeto Seringueiro e sua identidade com a Educação do Campo**

O título desta sessão visa pontuar ações que foram desempenhadas pelo Projeto Seringueiro no seio do movimento dos trabalhadores e trabalhadoras extrativistas do Acre e que marcam sua convergência com aquilo que foi desenvolvido em termos de educação pelos movimentos sociais, sobretudo pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e que se consubstanciou na modalidade de Educação do Campo, alcançando maior visibilidade nacional durante a I Conferência Nacional de Educação do Campo realizada de

27 a 31 de julho de 1998 em Luziânia no estado de Goiás. Segundo Caldart Educação do Campo:

... nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana. (Caldart, 2012, p. 257).

A Educação do Campo nasceu e se tornou muito vigorosa, sobretudo no Sul do país onde o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se fortaleceu na luta em prol de um Programa de Reforma Agrária sob a orientação dos agricultores e agricultoras expropriados/as, visando atender suas reais necessidades fundiárias e agrícolas. Assim como o Projeto Seringueiro que se estruturou no Acre, outras iniciativas similares gestaram-se também noutros Estados das regiões brasileiras, alguns sob iniciativa da Igreja Católica via Movimento de Educação de Base (MEB) que tinha grupos organizados em alguns Estados do Nordeste, do Centro-Oeste e em Estados da Região Norte como o Pará e o Amazonas.

Partindo-se da definição de Caldart se percebe fortes convergências entre o Projeto Seringueiro e a Educação do Campo. Até podemos classificá-lo como a variante educacional dessa modalidade, desenvolvida e aplicada por um coletivo de trabalhadores e trabalhadoras da Amazônia. O Projeto Seringueiro apresenta muitas características da Educação do Campo, tais como: a centralidade educativa na cultura moldada no universo extrativista; a inclusão dos conhecimentos e lutas sociais dos extrativistas no currículo de educação; a discussão para criar um projeto autônomo de sociedade com base no extrativismo, traduzido na proposta de Reservas Extrativistas (RESEX) que implicam na criação de um projeto de país e de sociedade diferentes, ecologicamente equilibrada e socialmente justa. Essas características permaneceram até a fase mais avançada do Projeto Seringueiro, quando pereceu e foi substituído pelo modelo tradicional da escola rural desenvolvida pelo governo do Estado<sup>xiv</sup>, à época sob gestão de uma coalizão de partidos políticos que tinha à frente o PT.

Foi nas escolas do Projeto Seringueiro que mais se aprofundou a ideia de criação das RESEX's, unidades de conservação então inexistente e que consiste em territórios que abrangem um conjunto de seringais que são dados para concessão de uso aos seringueiros/as neles residentes. Estes não são detentores de propriedade dos territórios da RESEX, mas usufrutuários/as. Essa medida visa evitar a possibilidade de alienação da terra, ao contrário do que ocorre com os Projetos de Assentamentos Dirigidos (PAD's) que possibilita a

reconcentração fundiária em favor dos fazendeiros. As características elencadas mostram muito claramente a convergência do Projeto Seringueiro com a Educação do Campo, no sentido de que a luta dos trabalhadores e trabalhadoras que possibilitou a criação das escolas tinha por perspectiva fazer com que a política de educação incidisse e atentasse para os interesses sociais das comunidades extrativistas.

Por se tratar de uma escola para adolescentes e adultos inseridas/os no trabalho de extração de látex, a primeira escola do Projeto Seringueiro funcionou com as aulas acontecendo na casa da colocação “Já-com-fome”. As aulas ocorriam somente aos finais de semana e como a afluência dos educandos/as provocava o aumento da demanda por alimentação, esses educandos/as levavam de suas casas um pouco de alimentos e assim o convívio dessas pessoas que ficavam isoladas durante a semana se fortalecia com a liturgia da comensalidade nas refeições em comum, além do convívio lúdico e alegre durante o tempo em que ficavam juntos para as aulas.

Nas aulas do Projeto Seringueiro até o ano de 1986 predominou, para viabilizar o aprendizado da leitura e escrita o método silábico a partir da decodificação das palavras geradoras constantes na Cartilha Poronga. À época a silabação era o método usado no aprendizado da leitura e escrita. Quando o Projeto Seringueiro faz a transição para a implantação de uma escola destinada às crianças e adolescentes dos seringais a equipe técnica adotou o método Construtivista, passando a trabalhar com as técnicas de Letramento desenvolvido por Emília Ferreiro e Ana Teberosky, tendo como balizas a psicogênese da língua escrita.

No ano de 1985 foi realizado o I Encontro Nacional dos Seringueiros no qual foi criado o Conselho Nacional de Seringueiros (CNS) equivalente dos trabalhadores extrativista ao MST. Esta nova entidade de representação da categoria abraçou a bandeira de luta pela criação das RESEX's como alternativa de Reforma Agrária adequada à Amazônia. Essa modalidade de ocupação territorial respeita as especificidades culturais e ecológicas das populações com suas histórias, a economia e os modos de sociabilidade. No bojo da RESEX foi incorporado o conjunto das atividades que o Projeto Seringueiro estava desenvolvendo desde o ano de 1982 nas áreas de Educação, Saúde, Desenvolvimento Econômico e Organização Comunitária.

No início dos anos de 1990 os diretores do STR de Xapuri passaram a pressionar os membros do Projeto Seringueiro para que moldassem e implantassem um modelo escolar não mais destinado somente para jovens e adultos, mas para a população em idade escolar

considerada regular de sete a 14 anos, num ciclo que contemplasse da alfabetização ao Ensino Fundamental. Os interlocutores do STR de Xapuri enfatizaram que o modelo escolar a ser desenvolvido deveria atender princípios presentes no método Paulo Freire, isto é, ser um modelo de educação libertadora que auxiliasse os filhos e filhas dos seringueiros e seringueiras na formação escolar com consciência social. Era preciso fortalecer a compreensão de que o modelo de territorialização presente nas RESEX's corresponde aos anseios das populações extrativistas, pois viabilizam a exploração da floresta fazendo o uso múltiplo e equilibrado dos seus recursos, permitindo ao homem amazônico uma existência digna. Os técnicos do Projeto Seringueiro aceitaram o desafio e em 1989 com o apoio institucional do Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA) realizou um curso de formação de professores e professoras ampliando o número de candidatos/as e de seringais atendidos. Esse curso marcou a transição do Projeto Seringueiro que dava ênfase a educação de adultos para a perspectiva de construção de um novo modelo escolar visando à demanda escolar das novas gerações.

Entre 1989 e 1992 se conclui a mudança no perfil do público atendido pelo Projeto Seringueiro e houve também uma mudança de equipe técnica. A nova equipe passa a estudar as teorias da psicogênese da língua escrita amplamente divulgado nos países de língua espanhola nos anos de 1970, e que chegaram ao Brasil nos anos de 1980, sobretudo por meio das obras de Emília Ferreiro e Ana Teberosky. Além desse referencial da psicogênese, os novos técnicos do Projeto Seringueiro também incorporam contribuições das teorias do letramento. Os novos materiais didáticos, embora mantendo a nomenclatura Poronga deixam de trabalhar com o sistema de silabação que era a marca da metodologia anterior.

## **Considerações finais**

O programa de educação implantado pelo Projeto Seringueiro em Xapuri no início dos anos de 1980 foi seguramente a primeira experiência com base no método Paulo Freire a ser desenvolvida na Amazônia. Ele era claramente um modelo convergente com o que se desenvolveu em outros territórios camponeses do Brasil em diferentes regiões do país e que hoje se convencionou como Educação do Campo. Essa modalidade se caracteriza pelo protagonismo dos movimentos sociais que o propõem, notadamente daqueles movimentos que lutam por uma Reforma Agrária que atenda aos anseios dos camponeses e camponesas, com ênfase na cultura agrária e agrícola dessas comunidades, priorizando a soberania



alimentar em detrimento do agronegócio que se desenvolve de maneira antiecológica atentando contra a vida dos seres humano e do ambiente.

No momento o Projeto Seringueiro está em suspenso. O que conseguimos apurar em parte da pesquisa de campo realizada é que os beneficiários do projeto fazem uma avaliação positiva de seu legado e estão articulando movimento para reativá-lo. Alguns dos entrevistados e das entrevistadas reconhecem que o amparo no movimento sindical e popular é condição *sine qua non* para o sucesso e manutenção do projeto e que os movimentos populares do Acre, em fase da conjuntura política que o Estado passou nos últimos 20 anos enfraqueceu a organização popular social que dava sustentação ao projeto, todavia como há essa consciência em alguns líderes atuais há o compromisso em reavivar as lutas sociais que no momento se encontram estagnadas.

## Referências

Beisiegel, C. R. (1982). *Política e Educação Popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil*. Ensaios 85. São Paulo: Ática.

Bíblia de Jerusalém. (2005). São Paulo: Editora Paulus.

Braga, A. C., & Mazzeu, F. J. C. (2017). O Analfabetismo no Brasil: Lições da história. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, 21(1), 24-46. <https://doi.org/10.22633/rpge.v21.n1.2017.9986>

Brandão, C. R. (1981). *O que é o método Paulo Freire*. São Paulo: Editora Brasiliense.

Caderno do CEDI 13. (1984). *Educação Popular: Alfabetização e Primeiras Contas*. São Paulo: Centro Ecumênico de Documentação e Informação.

Caldart, R. S. (2012). Educação do Campo. In Caldart, R. S., Pereira, I. B., Alentejano, P., & Frigotto, G. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo* (pp. 259-267). Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular.

Fávero, O. (2013). Paulo Freire: primeiros tempos. *Em Aberto*, 26(90), 47-62.

Feitosa, S. C. S. (1999). *Método Paulo Freire Princípios e Práticas de uma Concepção Popular de Educação* (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo.

Fiori, E. M. (1987). Aprender a dizer a sua palavra. In Freire, P. *A pedagogia do oprimido* (pp. 5-14). 17ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, P. (1967). *Educação Como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, P. (1981). *Ação cultural para a liberdade*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, P. (1987). *Pedagogia do Oprimido*. 17.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Guerra, M. (2013). Sobre as 40 horas de Angicos Marcos Guerra. *Em Aberto*, 26(90), 21-44.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Recuperado de: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ac/panorama>. Consultado em 29/06/2021.

Löwy, M. (2006). *O que é cristianismo da libertação: religião e política na América Latina*. São Paulo: Fundação Percecu Abramo; Expressão Popular.

Marx, K., & Engels F. (2008). *O manifesto do partido comunista*. São Paulo: Expressão Popular.

Paula, E. A. (2004). O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais e a Luta Pela Terra no Acre: conquistas e retrocessos. *Revista Nera*, (5), 86-101.

Pomar, W. (2009). *Os latifundiários*. São Paulo: Editora Página 13.

---

<sup>i</sup> Espécie de lanterna alimentada com querosene no formato de elmo, que o seringueiro levava à cabeça para iluminar seu caminho na mata durante o corte da seringa na escuridão da madrugada. O seringueiro saía entre as quatro e cinco horas da madrugada para realizar o corte da seringa, horário em que ainda está escuro na floresta.

<sup>ii</sup> O seringalista ou patrão era o operador do sistema de aviamento que caracterizava o seringalismo. Os seringueiros submetidos a esse sistema eram obrigados a vender o látex somente ao patrão que o tinha como propriedade sua. E só podia comprar víveres para a sua sobrevivência desse patrão sob pena de severas sanções.

<sup>iii</sup> Com a quebra do sistema do seringalismo os seringueiros passaram a ser abastecidos de mercadorias e a vender os produtos extraídos da floresta por atravessadores que são conhecidos regionalmente como marreteiros.

<sup>iv</sup> No início dos anos de 1960 grupos conservadores da Igreja Católica ligados à classe média investia nas Marchas de Deus pela Liberdade, mas com a adesão a uma teologia que via Jesus como um ser encarnado na história ao lado dos mais pobres ela muda e assume posicionamento em favor dos oprimidos.

<sup>v</sup> O fato mais emblemático se deu com o frade dominicano cearense Tito de Alencar Lima. Ele foi torturado pelo delegado fascista Sérgio Paranhos Fleury. No exílio na França foi encontrado enforcado no dia 10 de agosto de 1974. Seus confrades testemunharam que ele sofria alucinações em razão das sequelas das torturas sofridas.

<sup>vi</sup> Segundo definição do Direito Canônico a Prelazia ou Prelatura “é uma porção do povo de Deus, circunscrita territorialmente, cujo cuidado pastoral, em virtude de circunstâncias especiais, é confiado a um Prelado, que a governa como seu pastor próprio, à maneira de Bispo diocesano”. (Código de direito canônico, 2007, p. 95).

<sup>vii</sup> Ação não violenta empreendida pelos seringueiros e seringueiras, cuja estratégia consistia na mobilização de seringueiros com suas famílias que se colocavam entre as árvores e os peões que as derrubavam. As mulheres desempenhavam papel extremamente ativo e importante nesses eventos.

<sup>viii</sup> Unidade de produção e residência do seringueiro. É constituída pela casa, as estradas de seringa, no mínimo três, o roçado com as plantações de culturas de subsistência: mandioca, milho, arroz, feijão, tabaco e outros, e um pequeno campo para criação de algumas vacas e bois, cavalos, porcos e pequenos animais.

<sup>ix</sup> Indenização era um eufemismo para disfarçar a prática do fazendeiro de expulsar o seringueiro de sua posse. Essa expulsão era encoberta pelo pagamento de um montante em dinheiro muito inferior ao valor efetivo das benfeitorias realizadas pelo seringueiro e sua família no imóvel.

<sup>x</sup> O CEDI foi uma instituição que nasceu de um movimento que começa a se formar em 1965. Tem impulso no sentido da institucionalização em 1968 quando organiza a Editora Tempo e Presença, mas seu nascimento oficial se dará em 1974 e se firma com uma atuação voltada para o campo eclesial e dos movimentos sociais.

<sup>xi</sup> Varadouro é o caminho que liga as colocações de seringa entre si, à sede do seringal e às sedes municipais. Esses caminhos viabilizam o recolhimento dos produtos extraídos da floresta pelos seringueiros e distribuir os víveres para os seringueiros.

<sup>xii</sup> Varação é um caminho para encurtar distâncias no interior da floresta. Pode ser para encurtar a distância de uma estrada de seringa, de um varadouro de um local de caça etc.

<sup>xiii</sup> Estrada de seringa é o caminho que liga as árvores de seringueira para viabilizar a extração do látex.

<sup>xiv</sup> As escolas implantadas pelo governo do Estado nas áreas de Reservas e Projetos de Assentamentos Extrativistas tinham as mesmas características pedagógicas e metodológicas das escolas urbanas. Os professores na maioria dos casos são da cidade.

#### Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 05/11/2021  
Aprovado em: 03/09/2022  
Publicado em: 30/12/2022

Received on November 05th, 2021  
Accepted on September 03th, 2022  
Published on December, 30th, 2022

**Contribuições no Artigo:** Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

**Author Contributions:** The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

**Conflitos de Interesse:** Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

**Conflict of Interest:** None reported.

#### Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

#### Article Peer Review

Double review.

#### Agência de Fomento

Não tem.

#### Funding

No funding.

**Como citar este artigo / How to cite this article**

APA

Cunha, M. E. C. (2022). Paulo Freire nos seringais do Acre: a educação libertadora do Projeto Seringueiro. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 7, e13361. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e13361>

ABNT

CUNHA, M. E. C. Paulo Freire nos seringais do Acre: a educação libertadora do Projeto Seringueiro. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 7, e13361, 2022. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e13361>